

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra: monitoramento e análise de dados no estado do Rio Grande do Sul

Rosa Maria Vieira Medeiros¹
Michele Lindner²
Felipe Seitenfus Brustolin³

Resumo

O Banco de Dados de luta pela terra - DATALUTA RS organiza os dados de estrutura fundiária, de manifestações e de ocupações no estado do Rio Grande do Sul, a cada ano, com o objetivo de socializar essas informações através do seu relatório anual. Esta é a forma encontrada para se compreender as alterações socioterritoriais, as consequências destas ações e a atual configuração territorial decorrente da política de assentamentos de Reforma Agrária no território gaúcho.

Palavras-chave: Data luta, luta pela terra, manifestações, ocupações.

Introdução

O DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra reúne pesquisadores de oito grupos de pesquisas que atuam em diferentes universidades públicas brasileiras. Esse grupo mantém um cadastro de movimentos socioterritoriais, com o objetivo de gerar, sistematizar e analisar dados referentes à luta pela terra no Brasil.

Os dados do DATALUTA-RS (Banco de Dados da Luta pela Terra – Rio Grande do Sul) são organizados em três escalas geográficas: estadual, mesorregional e municipal e abrangem no presente relatório categorias de ocupações, assentamentos rurais, manifestações e estrutura fundiária. Nas três primeiras categorias são apresentados dados espacializados, nas escalas mencionadas, do número de ocorrências destas e do número de famílias participantes nas categorias ocupações e assentamentos e número de pessoas na categoria manifestações. As informações obtidas na categoria manifestações são informadas considerando o número de pessoas a partir do critério utilizado pela Rede DATALUTA, que define, para fins de classificação, que cada grupo de quatro pessoas constituiu uma família.

A pesquisa desenvolvida no Núcleo de Estudos Agrários - NEAG/UFRGS é feita pelo monitoramento diário de notícias relacionadas à luta pela terra no Rio Grande do Sul em

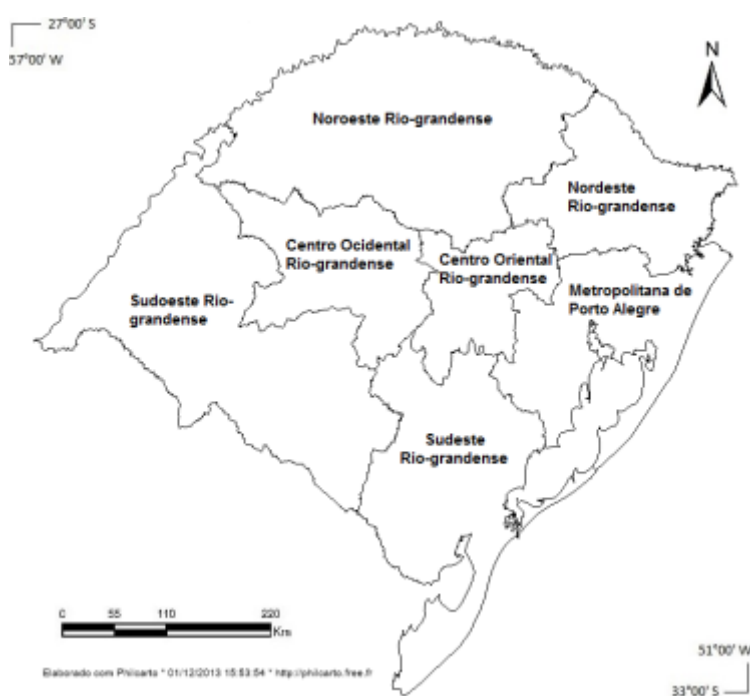
¹ NEAG/UFRGS rmvmedeiros@ufgrs.br

² NEAG/UFRGS michelindner@gmail.com

³ NEAG/UFRGS felipebrustolin@gmail.com

fontes eletrônicas dos jornais de maior circulação do estado - Zero Hora e Correio do Povo, além dos jornais de circulação regional, como Minuano de Bagé e A Plateia, de Santana do Livramento. Também são registradas notícias divulgadas pelo rádio assim como pelo página oficial do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST e Movimento Atingidos por Barragens - MAB. Também tem se utilizado, desde o ano de 2014, a ferramenta Google Alerta que auxilia na busca dos fatos noticiados na internet. Os dados obtidos são armazenados em tabelas mensais e compartilhados na plataforma do Google Drive da Rede DATALUTA, gerando assim a base para a elaboração das tabelas, gráficos, quadros e mapas elaborados a partir da utilização de aplicativos como Excel, Photoshop e o software Philcarto. Os eventos registrados são divididos em manifestações de luta pela terra, ocupações, estrangeirização da terra e posteriormente organizados em planilhas do aplicativo Excel para serem enviados, mensalmente, ao grupo responsável pela conferência e sistematização dos dados.

Para fins da organização e apresentação dos dados do DATALUTA RS adotou-se a divisão Regional do IBGE de 1990. Esta regionalização divide o Estado do Rio Grande do Sul em sete mesorregiões: Noroeste Rio-grandense; Nordeste Rio-grandense; Centro-Ocidental Rio-grandense; Centro-Oriental Rio-grandense; Metropolitana de Porto Alegre; Sudoeste Rio-grandense; Sudeste Rio-grandense conforme Mapa 1.



Mapa 1 - Rio Grande do Sul – Mesorregiões

Somente após a sistematização total dos dados é que serão construídos os relatórios anuais tanto para o território nacional a partir do somatório das informações dos diferentes grupo, como para o estado com as informações específicas de cada grupo de pesquisa participante.

O Banco de Dados da Luta pela Terra – RS

No ano de 2016, o NEAG elaborou o relatório DATALUTA 2015, que apresentou um panorama da luta pela terra naquele ano considerando, como já mencionado, as mesorregiões do estado do rio Grande do Sul. O objetivo da apresentação dos dados organizados por mesorregiões é entender as transformações ocorridas nas diferentes conformações territoriais existentes no estado, as quais têm origem nas diferentes formas de povoamento de seu território. É possível afirmar que a metade sul do estado é constituída pelo domínio das grandes propriedades, fruto de um povoamento mais antigo e baseado na concessão de sesmarias que foram as responsáveis pela formação de grandes latifúndios nas áreas de domínio dos campos, onde se desenvolveu a pecuária extensiva. Já a metade norte, foi colonizada por imigrantes de origem europeia, sobretudo italianos e alemães, aos quais foram concedidas propriedades de proporções mais reduzidas, entre 24 e 25 ha, em sua grande maioria. Esta colonização objetivava produzir alimentos e ocupar os espaços considerados pelo governo imperial como ainda não povoados.

A atual estrutura fundiária reflete, não só esse processo histórico da formação da propriedade da terra no Rio Grande do Sul como também a concentração de terras. A mesorregião Sudoeste do Rio Grande do Sul, domínio histórico do latifúndio pecuarista, tem a maior concentração de grandes estabelecimentos rurais do estado, e de forma contraditória, atualmente é uma região com grande concentração de assentamentos. Para compreender a razão desta concentração é necessário retomar o histórico da instalação de assentamentos no Rio Grande do Sul.

Os assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, foram criados inicialmente na porção norte do estado a partir de 1975, nas áreas de colonização instalaram poucas famílias. O primeiro deles foi assentamento Sarandi – Gleba 2, localizado no município de Pontão, na mesorregião Noroeste Rio-Grandense, que atualmente conta com 58

famílias.

Na década de 1980, foram criados mais 12 assentamentos, a maioria Assentamentos Federais, frutos de desapropriações. Apenas o assentamento Bela Vista, localizado no município de Jari, na mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, foi fruto de uma doação e não se localizava na mesorregião Noroeste Rio-grandense. Este assentamento possuía até o ano de 2014 cerca de 31 famílias. Ainda na década de 1980, mais precisamente em 1988, foi criado

o assentamento Itapuí/Meridional, na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, ou seja fora da área de origem dos assentados.

Foi na década de 1990 que o número de assentamentos subiu de 13 para 180, com a criação de 167 assentamentos no estado do RS. Este aumento ocorreu a partir do ano de 1995 e até 1999 registrou-se a criação de 155 novos assentamentos. Outro destaque desta década foi a expansão territorial dos assentamentos em direção à metade sul pois até a década anterior concentrava-se na metade norte do estado. Associado a esse avanço territorial dos assentamentos em direção à porção sul houve a concentração dos mesmos em determinados municípios desta região.

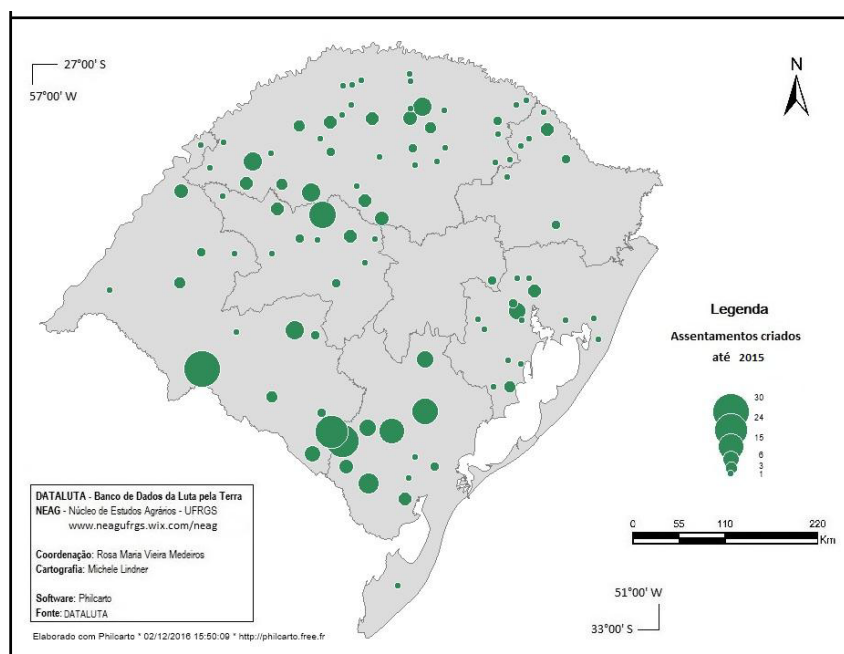
Portanto, o auge da criação de assentamentos no estado do RS foi entre as décadas de 1990 e 2000, mais especificamente entre a segunda metade da década de 1990 e a primeira metade da década de 2000. Neste período foram criados 305 novos assentamentos o que corresponde a 91% do total dos assentamentos do estado do Rio Grande do Sul. E dessa forma, houve a reterritorialização do campesinato na região de domínio do latifúndio.

Essas transformações ocorreram devido ao Programa de Reforma Agrária, implantado pelo governo estadual no período 1999 a 2002, que buscava a mudança, a transformação de um espaço que historicamente era domínio do latifúndio pecuarista – ou seja, a região da Campanha Gaúcha, para assim inseri-la no projeto de dinamização da Metade Sul do RS. Esta região era vista como àquela onde os processos eram lentos se comparados à Metade Norte, onde o processo de modernização aconteceu intensivamente e onde o capital excluiu e expropriou criando seus espaços tecnificados.

Foi na Metade Sul onde aconteceram os primeiros núcleos de povoamento do RS, em virtude da riqueza existente: os campos de criação onde o gado pastava solto pelas coxilhas. Para essa atividade de pecuária extensiva não havia, pois necessidade de grandes investimentos.

O governo do estado do Rio Grande do Sul ao perceber a escassez de terras para criação de novos assentamentos no norte do estado volta seu olhar para o sul, para o latifúndio pecuarista. Alguns desses latifundiários, endividados e falidos, facilitaram as ações do governo estadual no sentido de adquirir as terras para Reforma Agrária.

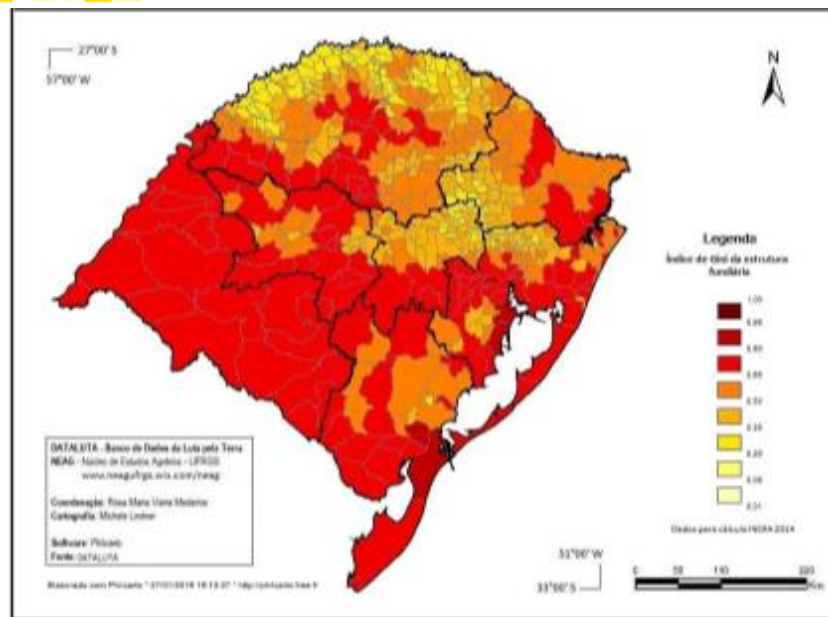
O governo estadual elaborou seu Programa de Reforma Agrária e intensificou assim a reterritorialização daqueles que foram desterritorializados, em sua maioria da região produtora de soja, colocando-os em novos espaços completamente distintos do seu espaço de origem. Esse dado pode ser visualizado nos dados do Relatório DATALUTA 2015 (MEDEIROS, 2016), que demonstram que dos 343 assentamentos criados até o ano de 2015 no RS (Mapa 2), 201 se localizavam em municípios das mesorregiões Sudoeste e Sudeste-Rio-grandense.



Mapa 2

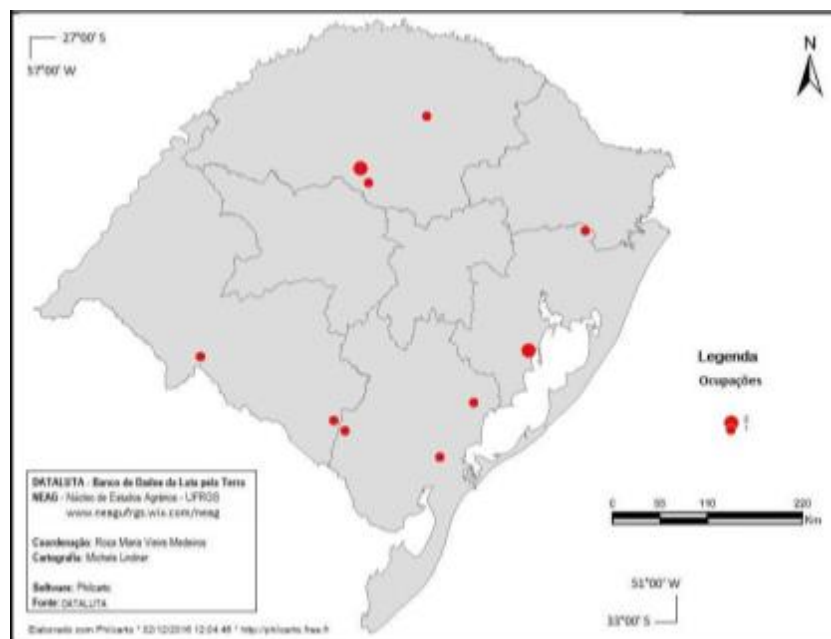
Assentamento de 1975 a 2015 no Rio Grande do Sul

Contudo, mesmo com o grande número de assentamentos, nessas mesorregiões é ainda possível perceber, ao observar o Mapa 3 do Índice de Gini, que a concentração de terras nessas regiões continua sendo uma característica marcante.



Mapa 3 – Índice de Gini de 2014 para o Rio Grande do Sul

Além, dos dados sobre assentamentos e concentração fundiária, o Banco de Dados e os relatórios anuais também abordam dados como manifestações de luta pela terra e ocupações de terras. No ano de 2015, foram registradas 12 ocupações de terras, sendo destas 4 localizadas na mesorregião Noroeste Rio-grandense, 2 na mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, 3 na mesorregião Sudeste Rio-grandense e 3 na Região Metropolitana de Porto Alegre conforme mostra o Mapa 4.



Mapa 4 Número de Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul - 2015

Nessas ocupações, o contingente de famílias envolvidas foi significativo para algumas das mesorregiões como a Mesorregião Noroeste com mais de 1600 famílias envolvidas.

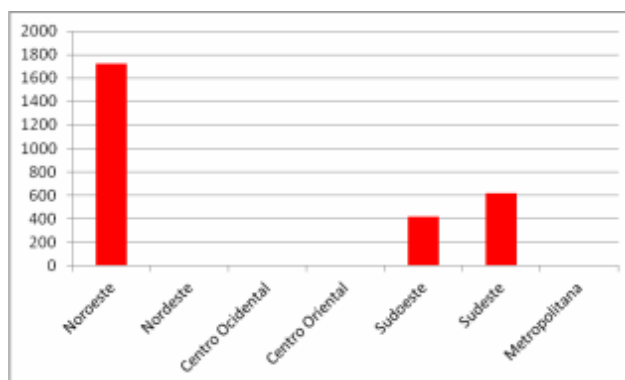
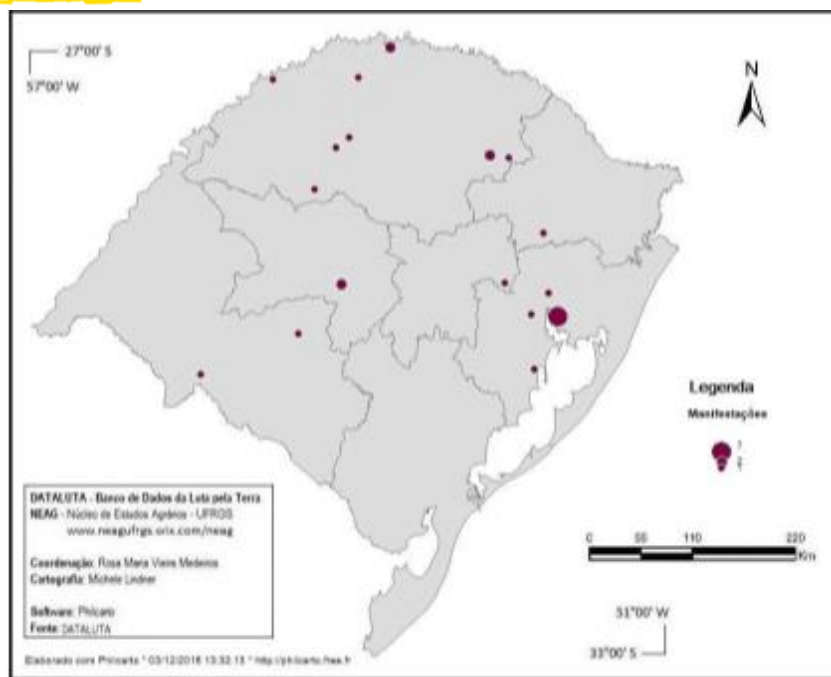


Gráfico 1

RS – Número de famílias em ocupações – Mesorregiões 2015

Fonte: DATALUTA, 2016

Já no que se refere as manifestações, o ano de 2015 registrou 26 ocorrências sendo que 10 delas ocorreram na mesorregião Noroeste Rio-grandense e 10 na Região Metropolitana de Porto Alegre, as demais ocorreram na mesorregião Nordeste Rio-grandense (01), na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense (02), na mesorregião Centro Oriental Rio-grandense (01) e na mesorregião Sudoeste Rio-grandense (02). A concentração de manifestações nessas duas mesorregiões pode ser explicada por uma representar a área metropolitana do estado, onde concentram os órgãos públicos de tomadas de decisões e outra por ser uma área tradicional de agricultura familiar, berço da luta pela terra no estado do RS e por estar enfrentando nesse período um momento de tensão entre agricultores familiares e indígenas. O Mapa 5 possibilita espacializar tais manifestações.

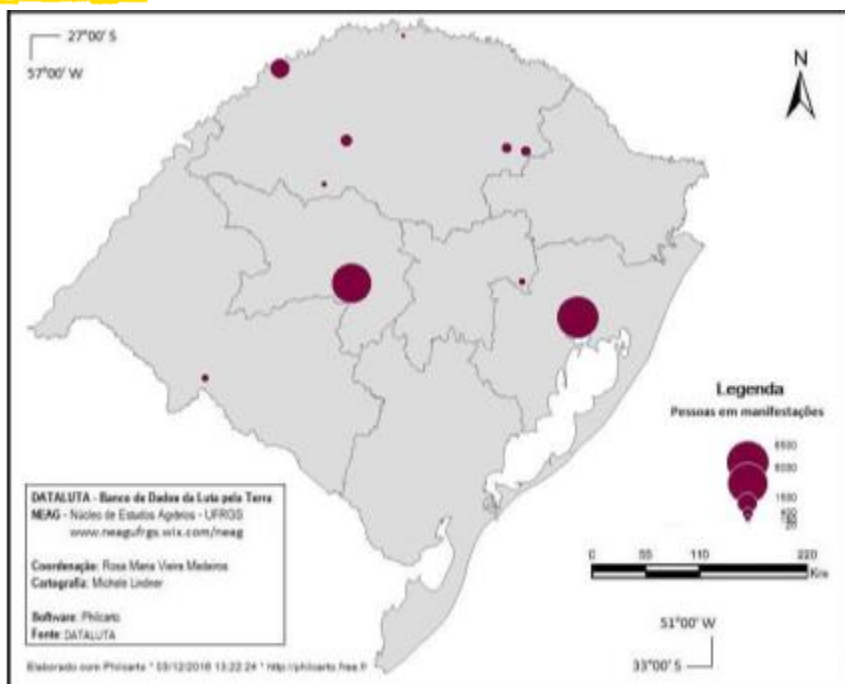


Mapa 5

Número de manifestações por Mesorregiões no Rio Grande do Sul – 2015

Essas manifestações tiveram um número significativo de pessoas participando até porque a grande concentração das mesmas ocorreu na Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme é possível visualizar no Mapa 6. Esta concentração na RMPA se deve a estratégia do movimento em dar visibilidade às reivindicações sobretudo com a ocupação de espaços e prédios públicos.

Mas embora esta concentração de pessoas tenha se dado na RMPA, as manifestações ocorreram nas diferentes mesorregiões do estado sempre relacionadas a ocupações e à reivindicação da efetiva realização da Reforma Agrária.



Mapa 6

Número de pessoas participantes nas manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul -2015

O gráfico 2 mostra a distribuição das manifestações nas mesorregiões do Rio Grande do Sul com destaque para a Mesorregião Noroeste e Mesorregião Metropolitana.

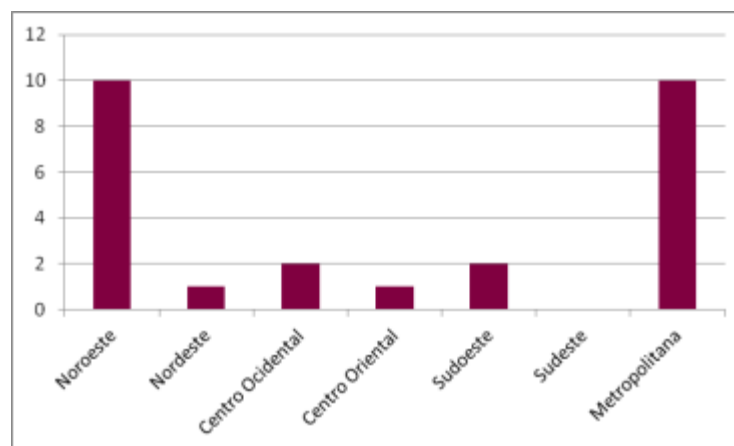


Gráfico 2

Distribuição das manifestações de luta pela terra nas mesorregiões do rio Grande do Sul

É possível observar no Gráfico 2 que apenas a Mesorregião Sudeste não teve manifestação. Cabe destacar que são considerados como manifestações os bloqueios nas estradas, as caminhadas, as marchas, as ocupações em praças públicas ou prédios públicos tais

como bancos, prédios administrativos, entre outros. Estas manifestações se concentraram principalmente nos meses de março e novembro. O mês de março sempre como preparação para o Abril Vermelho quando muitos eventos e encontros acontecem para registrar, debater e buscar alternativas em busca de soluções para a violência no campo.

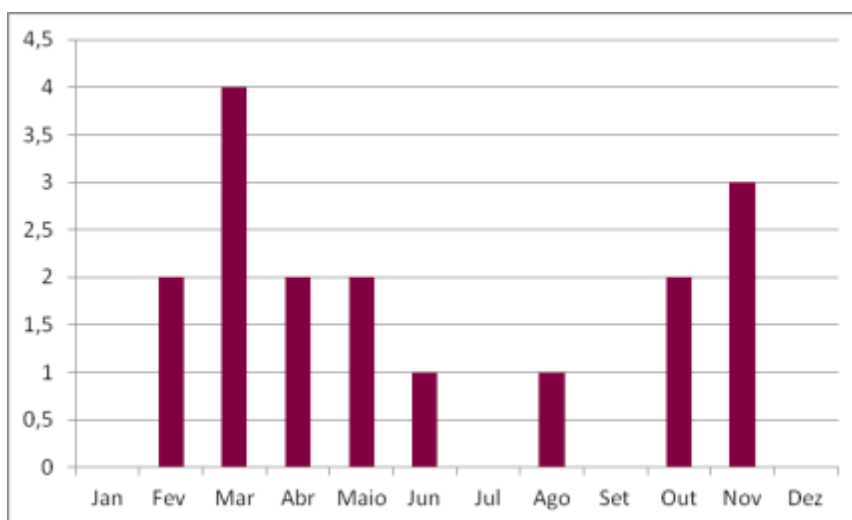


Gráfico 3

Número de manifestações por mês no Rio Grande do Sul.

Mas o que aconteceu em 2016? Como se comportaram os movimentos de luta pela terra?

Os dados referentes a essas questões ainda estão sendo sistematizados para constituírem o relatório Data Luta 2017. Observa-se aqui que o relatório sempre vai se referir ao ano anterior visto que sua sistematização ocorre em novembro para ser apresentado no Encontro Anual do Data Luta, em dezembro.

Mas é possível antecipar algumas informações referentes ao ano de 2017 que está sendo marcado sobretudo pelas manifestações dos movimentos indígenas, com cerca de 70% das ocorrências até o presente momento. As ocupações foram em menor número sendo que 50% ocorreu em fazendas para reivindicar área para assentamentos, enquanto que as demais ocorreram como forma de atrair a atenção do poder público para a ausência de ações voltadas para o reassentamento de famílias sem-terra. Ainda existem acampamentos no Rio Grande do Sul com famílias à espera da tão sonhada Reforma Agrária (Figura 1)



Figura 1

MST monta acampamento em Santa Margarida do Sul, no RS

13/04/2017

Fonte: Página do MST

Considerações para uma reflexão

Os dados da luta pela terra no estado do Rio Grande do Sul são sistematizados ano após ano e partir deles são organizados mapas e tabelas que serão disponibilizados no relatório anual ao final de cada ano. Os dados do ano de 2017 ainda estão em fase de coleta, que é realizada diariamente pela equipe de bolsistas para atualizar o banco de dados de luta pela terra do NEAG.

Elaborar um banco de dados com o constante monitoramento da luta pela terra possibilita mais do que a sua mera construção. Possibilita disponibilizar informações para pesquisadores e interessados na temática que poderão, não só acompanhar as transformações socioterritoriais que vem ocorrendo nas mesorregiões do estado do RS, como também efetuar suas análises contribuindo para que efetivamente encontremos soluções para a questão agrária que se perpetua no território brasileiro.

O campo brasileiro sangra, se esvai em lutas que parecem não encontrar eco nas políticas públicas brasileiras. O Data Luta cumpre a missão de mostrar e registrar a violência, a manifestação, a reivindicação, a luta e acima de tudo a resistência e a certeza de que um caminho será encontrado. Um desses caminhos já se vislumbra com a Reforma Agrária Popular onde novas alternativas de produção vem acenando uma nova bandeira de luta, a bandeira da alimentação saudável produzida no seio da agricultura familiar.

Referências



MEDEIROS, Rosa Maria Vieira et al. DATALUTA Rio Grande do Sul: Relatório 2014. (Relatório de Pesquisa), Porto Alegre, RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

<http://neagufrgs.wixsite.com/neag/dataluta-rs>